

O SIGNIFICADO LEXICAL COMO UM ESQUEMA EXPLICATIVO

Maria Leonor Maia dos Santos¹

leonor@cchla.ufpb.br

RESUMO: Neste trabalho apresentamos e discutimos a proposta de Julius Moravcsik (1990 e 1998) para a descrição do significado lexical. Nosso objetivo com a discussão dessas ideias é conhecer e divulgar um modelo contemporâneo para o significado lexical, e verificar a contribuição do autor escolhido para o atual debate acerca de uma possível fronteira entre o conhecimento linguístico e o conhecimento de mundo. Interessa-nos verificar como o autor situa sua teoria em relação a essas questões, e que argumentos oferece. Para isso, mostramos, em primeiro lugar, algumas hipóteses acerca da linguagem e da mente humanas que são consideradas pelo autor como necessárias para a interpretação de sua hipótese sobre o funcionamento do significado lexical. Em seguida, apresentamos a teoria acerca do significado lexical propriamente dita, encabeçada pela discussão da existência de significados básicos. Finalmente, oferecemos algumas considerações acerca da proposta, de como se dá aí a determinação da referência das palavras, e de como podem ser acomodadas explicações para a polissemia, a subespecificação, e a mudança de significado.

PALAVRAS-CHAVE: significado lexical; esquema explicativo; determinação da referência.

An expedient was therefore offered, “that since words are only names for things, it would be more convenient for all men to carry about them such things as were necessary to express a particular business they are to discourse on.” And this invention would certainly have taken place, to the great ease as well as health of the subject, if the women, in conjunction with the vulgar and illiterate, had not threatened to raise a rebellion unless they might be allowed the liberty to speak with their tongues, after the manner of their forefathers; such constant irreconcilable enemies to science are the common people.

J. Swift. *Gulliver's Travels*. Part III, Chapter V.

1. CONHECER O SIGNIFICADO, DETERMINAR A REFERÊNCIA

Os tratamentos do significado lexical geralmente distinguem os objetos, ou entidades, que uma palavra pode nomear, e as características desses objetos que são selecionadas pela palavra. Em termos canônicos, dizemos, com Frege (1978 – original de 1892), que a *referência* de uma palavra são as entidades às quais ela se aplica, e o seu *sentido* é o modo como a referência é apresentada. O fato de que podemos ter palavras diferentes, com sentidos

¹ Doutora em Linguística; Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

diferentes, que se aplicam à mesma referência, parece ter sido a motivação original para a apresentação de uma teoria que fizesse a distinção entre sentido e referência. Nomes diferentes para a mesma entidade apresentam essa entidade através de características diversas, que são os *modos de apresentação* da referência. As diferenças que fazem com que esses nomes não sejam completamente intercambiáveis são, então, as diferenças de significado (também dito a *intensão* associada à palavra), e não, é claro, diferenças na referência, ou *extensão*.²

A semântica lexical deve ser capaz, supõe-se, de explicar como uma palavra pode ter essa dupla função, de apresentar características e de apontar para objetos. Ou, poderíamos dizer, a capacidade de indicar entidades por meio da apresentação de características. A maneira de estudar as relações existentes entre o sentido e a referência de uma palavra, ou mesmo de negar que isso seja pertinente, pode caracterizar diferentes abordagens semânticas, e levanta questões acerca do que deve ser considerado mais fundamental para a explicação do significado, e do que pode, ou não, ser considerado uma explicação válida para o fenômeno da semanticidade.

Neste trabalho consideramos a proposta de Julius Moravcsik (1990 e 1998) para a descrição do significado das palavras ditas *descritivas*, ou seja, aquelas que podem ser aplicadas descritivamente aos elementos da realidade, e cuja utilização pode ser avaliada em termos de veracidade, ou adequação. Tais palavras são, grosso modo, nas línguas indo-europeias, os substantivos comuns, os adjetivos, os verbos e alguns advérbios (Moravcsik 1990: 219). Apresentamos, em primeiro lugar, algumas hipóteses acerca da linguagem e da mente humanas que são consideradas pelo autor como necessárias para a interpretação de sua hipótese lexical. Em seguida, fazemos a exposição da teoria acerca do significado lexical propriamente dita, incluindo a discussão da existência de significados básicos e os quatro fatores que compõem o esquema explicativo. Nosso objetivo com a discussão dessas ideias é conhecer um modelo contemporâneo para o significado lexical, e verificar a contribuição do autor escolhido para o atual debate acerca de uma possível fronteira entre o conhecimento linguístico e o conhecimento de mundo. O interesse pelo trabalho de Moravcsik justifica-se também pelas relações que podem ser feitas entre sua proposta e outras hipóteses desenvolvidas desde o final do século XX, como a adoção de significados prototípicos em semântica cognitiva (Geeraerts 2010: 183-192) e da estrutura qualia no léxico gerativo (Pustejovsky 1995).

² Não estamos fazendo aqui distinção entre os pares *sentido/referência* e *intensão/extensão*.

2. O SIGNIFICADO COMO UMA REPRESENTAÇÃO MENTAL

A teoria do significado lexical faz parte de uma teoria da cognição. Com esse pressuposto, claramente vinculado ao ponto de vista de que a linguagem é uma faculdade da mente humana, Moravcsik trabalha simultaneamente com hipóteses acerca da cognição, do significado, e do que pode ser a atividade da ciência linguística. A forma do significado das palavras, segundo ele, é diretamente decorrente do tipo de processo que seria o mais característico das mentes humanas quando lidam com o mundo (entidades, eventos, experiências), principalmente em situações desconhecidas ou problemáticas.

Uma das maneiras possíveis de considerar a atividade mental mais típica dos seres humanos é pensar que somos principalmente catalogadores de fatos e de experiências, e que o fazemos em termos de traços semelhantes, ou características que as experiências tenham em comum. E, secundariamente, considerar que operamos, em nível crescente de complexidade, com os padrões de semelhança que atribuímos a entidades, eventos, etc. Uma alternativa a essa maneira de ver é considerar que somos orientados para resolver problemas, não para catalogar, e que só organizamos a experiência em padrões de semelhança se isso for parte de um processo de resolver problemas. Esse *resolver problemas* toma a forma geral de *reduzir experiências desconhecidas a outras*, já conhecidas. Diz Moravcsik (1990: 215), “The proposal is linked to the conception of humans as primarily explanation- and understanding-seeking creatures”³. A mente humana não estaria funcionando, de acordo com essa maneira de ver, como um catalogador de fatos segundo padrões de semelhança, mas como um resolvidor de problemas, adequando o processamento das informações (inclusive a formação de agrupamentos segundo padrões de semelhança) ao tipo de problema encontrado.

Supondo que a mente esteja otimizada para resolver problemas, e que isso seja uma orientação inata, típica da espécie, de que maneira podemos caracterizar, em termos gerais, sua atividade? Tentamos, diz Moravcsik, fazer com que situações, fatos, experiências, etc., em especial os que nos são novos e desconhecidos, possam ser entendidos como instâncias de outros, já conhecidos. E para isso recorreremos ao procedimento central de *dar explicações*, que pode ser, por exemplo, tentar entender algo desconhecido como composto de, ou como sendo parte de, algo já conhecido. Dar explicações é a operação central, na proposta de Moravcsik, tanto em termos de cognição, como de semântica. Melhor dizendo, são duas as operações

³ A proposta está relacionada à concepção dos humanos como criaturas primariamente voltadas para a compreensão e a explicação. (Tradução nossa)

centrais, semelhantes: dar explicações, a mais geral delas; e *formar esquemas explicativos*, que é supor que algo tem uma maneira de ser, uma *natureza*, que podemos descrever com informações já conhecidas e de tipos pré-determinados. Formar esquemas explicativos é dar explicações em termos de atribuir a algo características intrínsecas.

Dar uma explicação, a operação mais abrangente, pode ser, por exemplo, listar propriedades, sem que se precise postular que a entidade tenha uma *natureza* explicitável, um modo de ser que a caracterize. Formar um esquema explicativo, ao contrário, é exatamente supor a existência dessa *natureza*⁴. Temos então que, para a mente humana, dentro da atividade mais geral de dar explicações, às vezes um tipo especial de explicação é possível: quando uma entidade é compreendida como dispor de um conjunto de características que lhe são inerentes. Isso é formar um *esquema explicativo*. Para Moravcsik, o significado lexical assume a forma de um esquema explicativo: um conjunto organizado de informações que serve para individualizar uma entidade, atribuindo-lhe uma natureza particular. O detalhamento do esquema é apresentado na seção 5.

Como já dito acima, Moravcsik se inscreve entre aqueles que, no estudo da linguagem, aceitam que os fatos a serem explicados são fatos mentais, ou seja, que estudar a linguagem deve ser formular hipóteses acerca de uma capacidade mental humana. Embora leve em conta a interação dos falantes e as situações de uso da língua, o que é apresentado como fundamental é uma organização mental da espécie. É inclusive essa organização que determina o modo como as interações são possíveis, e a forma proposta para o significado, obedece, como vimos, ao que é previsto nesse padrão mental. Desse modo, o significado é considerado como uma *representação mental* (e não, por exemplo, um modelo formal) e a forma dessa representação é a de um esquema explicativo.

3. UMA POSIÇÃO REALISTA

Moravcsik se inscreve também entre aqueles que supõem que se deva ter uma postura realista acerca das hipóteses construídas no estudo da linguagem. Não se trata apenas de apresentar modelos de como as coisas se poderiam passar, digamos, visando uma ou outra aplicação (por exemplo, descrição de línguas, processamento automático, ensino, e tantas outras). As propostas são consideradas válidas na medida em que podemos incluir nelas a

⁴ As características que vão compor essa natureza não precisam ser postuladas como uma ontologia necessária, nem como algo que realmente é o caso (que as entidades tenham mesmo tal natureza), mas apenas que a mente lhes atribui essa natureza, nos termos do que é necessário para a cognição.

afirmação que as entidades e processos considerados *realmente existem*. Essa postura pressupõe também que é possível *verificar* a existência das entidades postuladas, confirmar ou desconformar as hipóteses, e aproximar a teoria da realidade última. Ou seja, temos a apresentação de um modelo que serve para dar uma explicação para o modo como as coisas se passam com os significados das palavras, mas também se supõe que esse modelo é verdadeiro (e não simplesmente útil), e que isso pode ser testado. Ou seja, a hipótese pode ser decomposta em duas partes:

- o significado lexical pode ser descrito como uma representação mental que tem a forma de um esquema explicativo;
- o significado lexical, apresentado desse modo, *existe mesmo*, da maneira que é descrito pela teoria (ou talvez de uma forma aproximada, já que a teoria pode ser refinada), no cérebro das pessoas, e isso pode ser objeto de verificação empírica.

Seria talvez possível apresentar a hipótese do significado lexical como um esquema explicativo sem discorrer sobre o realismo professado por seu autor, mas parece conveniente destacar essa opção epistêmica, já que ele a declara de modo explícito. Além disso, existe naturalmente a possibilidade de investigar-se se a proposta só se sustenta dentro de uma visão realista, ou não (o que, entretanto, não será feito aqui).

Em suma, para Moravcsik (1990, 1998), a descrição do significado lexical é parte de uma teoria mais abrangente sobre o funcionamento da mente humana, e pode ser formulada com o acompanhamento de hipóteses sobre aquisição e perda de língua, sobre funcionamento neurológico, etc., que não estão desenvolvidas por ele nos trabalhos consultados, mas cuja possibilidade é explicitamente mencionada.

4. O ESCOPO DE APLICAÇÃO DAS PALAVRAS

Dentro da perspectiva de considerar a mente humana como orientada para resolver problemas, a principal função da linguagem é articular o pensamento, contribuindo para que possamos interagir com a realidade. Para que essa interação ocorra, nossa língua deve poder dispor de *escopos de aplicação* para as palavras descritivas, o que remete à questão do relacionamento entre o significado das palavras descritivas e as entidades que estão na extensão dessas palavras. Moravcsik tem uma posição clara acerca do relacionamento entre o significado e a referência, aludido na seção anterior: é preciso que seja possível avaliar se a

aplicação de uma palavra a uma entidade é ou não *adequada*⁵. O significado, portanto, participa da determinação da referência.

Entretanto, se o significado – compreendido como um esquema explicativo representado na mente do falante – contribui para a determinação da referência, ele não pode determiná-la completamente, principalmente porque deve contemplar o fenômeno da polissemia, maciçamente presente nas línguas humanas. Supor que a aplicação das palavras estivesse completamente determinada de modo fixo na mente dos falantes só poderia funcionar a contento se pudéssemos conjuntamente supor que todos os contextos de aplicação estão previamente determinados, o que evidentemente não ocorre. As soluções propostas por Moravcsik serão analisadas adiante, e incluem:

- o esquema explicativo não pode ser um conjunto de características necessárias e suficientes;
- o esquema explicativo é complementado por outras operações cognitivas coletivas, que podem ser inatas ou culturais.

Em suma, Moravcsik tenta responder às questões acerca do significado lexical formulando hipóteses para:

- os tipos de operação mental característicos dos seres humanos: dar descrições e formar esquemas explicativos;
- o que deve poder contar como uma boa explicação do conhecimento lexical: significados são representações na mente dos falantes;
- que forma deve ter o significado, na mente dos falantes: um esquema explicativo;
- como uma palavra pode ser aplicada a sua referência: com base nas informações oferecidas pelo esquema explicativo, em conjunto com outras operações cognitivas.

O modelo proposto, portanto, é uma hipótese para o significado lexical na forma de um esquema explicativo, que é uma série de informações distribuídas em alguns tipos, todas podendo ser incompletas. Assim, o significado lexical é compreendido como algo dotado de estrutura interna, que serve como fundamento para a determinação da referência, mas não pode completar essa determinação.

⁵ Ao mesmo tempo, isso é coerente com a suposição que a teoria que dá conta do significado lexical é distinta de uma teoria do significado das palavras sincategoremáticas.

A proposta assenta também na rejeição de duas hipóteses, tradicionais em filosofia da linguagem, acerca da referência: que o significado das palavras é formado pela união de características necessárias e suficientes, e que os nomes de espécies naturais não têm significado, adquirindo referência por um ato de batismo, como proposto por Putnam (1975) e, para nomes próprios, por Kripke (1972). Além disso, grande parte da argumentação de Moravcsik (principalmente em 1998) é dedicada a atacar a hipótese de que as línguas naturais possam ser descritas por semânticas formais do tipo usado por Tarski e Montague (para uma apresentação introdutória, ver Chierchia 2003).

Para concluir esta seção, pode-se destacar o paralelismo pretendido pelo autor entre três elementos: o funcionamento da mente, a forma do significado lexical, e a forma que deve tomar uma explicação em ciência da linguagem. Uma vez que é a predisposição mental para dar explicações e formar esquemas explicativos que possibilita também a atividade científica, um contínuo parece então ser estabelecido: temos um tipo de mente, formamos o significado das palavras de acordo com esse tipo de mente, e a ciência do significado também é feita com a utilização dos mesmos padrões.

5. O SIGNIFICADO LEXICAL COMO UM ESQUEMA EXPLICATIVO

Vimos que, na hipótese de Moravcsik, o significado lexical é um esquema explicativo que atribui uma certa natureza a uma entidade, ou seja, o significado de uma palavra é um conjunto de informações organizadas que diz o que é que faz com que algo faça parte da extensão dessa palavra. Saber o significado é ter uma representação mental, mesmo que, conscientemente, uma pessoa não saiba explicitá-la de maneira completa, do modo que um dicionarista tentaria fazer, muito menos saiba que se trata de um esquema explicativo.

Os esquemas explicativos são complexos de propriedades necessárias (e não suficientes) para a aplicação de uma palavra a uma entidade. O esquema deve incluir todas as propriedades que são comuns a todas as aplicações de um termo, mas não pode incluir todas as propriedades que precisam estar presentes para que a aplicação de um termo seja adequada, em cada contexto. Supõe-se, portanto, que, numa situação específica de uso do termo (num contexto), mais propriedades têm que estar presentes do que aquelas que compõem o conjunto das suas propriedades necessárias. Moravcsik dá vários exemplos com nomes de jogos, como 'baseball' e 'cricket', em inglês. Podemos propor o exemplo do termo 'frescobol', em português. Para saber o que quer dizer 'frescobol', uma pessoa deve saber quais são as condições mínimas que uma atividade tem de preencher para ser considerada frescobol – são

as condições necessárias, no sentido de que algo não será frescobol se não tiver esse mínimo – mas não precisa conhecer todas as variações possíveis que podem surgir a respeito do jogo, e que decidirão, em cada ocasião particular, se algo é ou não frescobol. Numa ocasião específica pode ser muito importante, por exemplo, que o frescobol seja jogado com raquetes de frescobol, e noutra ocasião isso pode não fazer diferença. Alguém poderia ter mais ou menos espaço para jogar, e um tempo determinado para a partida, ou não. Pode-se mesmo jogar frescobol sem contar os pontos, sem que ninguém ganhe ou perca, embora noutras ocasiões isso possa ser importante. Aquilo que varia de uma situação para outra, supõe-se, não deve fazer parte do significado.

Que informações seria plausível exigir que estivessem incluídas no significado de 'frescobol'? Moravcsik defende que o significado não pode contemplar tudo o que é preciso para determinar, em cada ocasião, o que caracteriza completamente a referência da palavra. No exemplo dado, o significado de 'frescobol' deve ser aquilo que constitui o mínimo para que algo seja considerado frescobol, mas não o que vai determinar, em cada caso, se uma instância específica de jogo será qualificada como 'frescobol'. Em cada situação haverá particularidades diferentes a serem consideradas. Supor que o significado da palavra carregue as informações completas (não só as condições necessárias mas também as condições suficientes) para a caracterização do jogo, em qualquer ocasião, sobrecarregaria desnecessariamente o significado. Além disso, tentar incluir no significado todas as condições de aplicação do termo, para cada caso possível de aplicação, mesmo que seja por meio de regras condicionais (na forma: se não for importante, então não conte os pontos; se for um campeonato, então use material oficial, etc.) também não seria possível, porque não há como prever o que deve ser incluído, para todas as situações.

Não se pode predeterminar, para qualquer situação, o que vão ser as condições suficientes que estabelecerão se uma certa atividade é ou não uma partida de frescobol, simplesmente porque não se podem prever todas as situações possíveis em que o jogo poderá ocorrer, quais serão as intenções dos participantes, as condições materiais para sua realização, etc. “Situações possíveis” não são, nem na prática, nem em termos de processos mentais, algo que se possa “varrer” de modo efetivo com um procedimento finito e que demande pouco esforço. As maneiras pelas quais as situações podem variar são, tomadas conjuntamente, imprevisíveis. Tendo em vista observações desse tipo, aliás, Moravcsik também não aceita que as chamadas semânticas de mundos possíveis sejam pertinentes para o estudo do significado lexical.

É possível supor que o significado poderia especificar todas as informações (necessárias e suficientes) para a determinação da referência, caso as informações que temos sobre o mundo se mantivessem constantes. Ou seja, se as nossas informações sobre o mundo fossem estáveis (ou se tomássemos, para efeito de pesquisa, um intervalo de tempo em que elas pudessem ser consideradas estáveis), as “situações possíveis” seriam de algum modo caracterizáveis de modo finito, e isso permitiria que os significados fossem completos. Mas isso é impossível, segundo Moravcsik. Um significado “completo” não é impossível apenas quanto ao futuro, digamos, como acontece quando as regras de uma atividade mudam com o tempo, ou quando novas informações são descobertas a respeito da natureza ou da cultura. A exigência que o significado seja capaz de determinar completamente a referência é impossível já no presente, mesmo que o conhecimento que temos do mundo fique estável, pois não há como prever todas as situações em que as pessoas já podem se envolver, mesmo que não se altere o conjunto de informações que temos. As situações possíveis não são previsíveis.

O resultado é que, nessa hipótese, o significado deve assumir a forma de um conjunto de características extremamente flexível, que facilite a utilização da palavra frente às inúmeras e imprevisíveis situações reais, mas mantenha a homogeneidade da forma pré-definida, e garanta que alguém que conheça o significado de uma palavra conheça o mínimo essencial que caracteriza a extensão da palavra. Isso não quer dizer, ainda, que alguém que saiba o significado de 'frescobol' (as condições necessárias para a aplicação do termo) vá ser realmente capaz de reconhecer uma partida de frescobol sempre que se deparar com uma, mas é importante salientar que o esquema explicativo é formado de características necessárias, mas não suficientes. É claro que as características que dizemos aqui “necessárias” não são necessárias em termos ontológicos, como foi dito mais acima (nota 3). A semântica não pesquisa o modo como o mundo está composto, e todas as características que compõem o significado de uma palavra podem vir a ser substituídas por outras. O conjunto de características que forma o esquema explicativo é que é apresentado como necessário para a identificação das entidades que estão na extensão da palavra (num dado estado do conhecimento do falante, numa comunidade, etc.).

Temos, desse modo, que o esquema explicativo é incompleto, do ponto de vista da determinação da referência, e isso, segundo Moravcsik, captura a intuição de que o significado de uma palavra pode variar de acordo com os tipos de interação que mantemos com as entidades no mundo. Como observadores, como produtores, como especialistas ou leigos, por exemplo, teremos diferentes habilidades de reconhecimento, procedimentos de verificação e procedimentos de descoberta, e portanto aplicamos os termos de modo diferente.

Além disso, ao supor que o significado lexical é incompleto, ele pretende que isso seja mais econômico e psicologicamente mais plausível do que se tivéssemos de aprender esquemas completos de significado, para cada uso diferente de cada palavra.

Por outro lado, seria possível adotar uma visão oposta, e propor uma forma para o significado lexical que fosse mais “vazia”, não exigindo que fizessem parte do significado sequer as características necessárias para a aplicação do termo. Assim, poderíamos deixar toda a informação necessária para determinar o que faz ou não parte da extensão de um termo ao encargo dos procedimentos de verificação que temos, caso a caso, como espectadores, como leigos, ou como especialistas, etc. Ou seja, toda a determinação da referência poderia se dar no contexto, não em virtude de sabermos o significado do termo, mas em virtude do conhecimento de mundo que temos. As desvantagens de tal proposta são, para o autor:

- precisamos nos comunicar: um jogador de campeonato de frescobol pode ter informações sobre o jogo que um pai em férias na praia com os filhos não tem, mas eles podem se encontrar e reconhecer sem maiores dificuldades que estão jogando frescobol. Supor que não há um significado em comum não parece adequado para explicar essa capacidade;
- aquilo que sabemos sobre as entidades que estão na extensão dos termos muda com o tempo. Supor um significado lexical muito mais vazio, e dependente dos procedimentos de descoberta de cada momento, seria extremamente desajeitado para lidar com essas transformações. O significado com informações mínimas necessárias para a aplicação do termo pode dar unidade e direção à mudança;
- também trocamos de papéis: profissionais de saúde, para usar ainda o exemplo anterior, também são pacientes, às vezes, ou familiares de pacientes. Também interagimos com pessoas diferentes, e somos especialistas num momento, leigos no outro, etc. Supor que não haja um significado em comum a todas as aplicações da palavra poderia requerer que aprendêssemos uma palavra nova a cada vez que aprendêssemos a usá-la em novo contexto, o que também não parece plausível.

Em suma, a representação do significado lexical deve ser compreendida como um conjunto de condições necessárias que esboçam uma explicação do que vem a ser aquilo que é denotado pela palavra (Moravcsik 1998: 93).

6. A FLEXIBILIDADE DO SIGNIFICADO

Isso posto, outra questão preliminar a discutir é se haveria uma parcela do esquema explicativo que pudesse ser considerada mais básica, mais central, menos revisável (o que não é a mesma coisa de supor um conjunto de propriedades necessárias). Ao contrário de certos autores, como Putnam (1975), que supõem que esse seja o caso, Moravcsik afirma que não há significado básico, primitivo, dos itens lexicais, que corresponda a informações qualitativamente mais essenciais. Para uma palavra específica, o esquema explicativo deve ser completo o suficiente para auxiliar na determinação da referência, e flexível o suficiente para servir aos vários contextos, e só. Todas as informações nele contidas acerca da natureza das entidades que compõem sua extensão são modificáveis. Não parece ser necessário, para a cognição, que alguma informação esteja fixa e imutável, nem mesmo que alguma informação seja menos facilmente revisável ou seja mais central. O conhecimento pode ser revisado ao longo de todo o esquema explicativo. Além disso, não há necessidade de supormos que nosso conhecimento das coisas no mundo seja capaz de discernir nelas suas propriedades mais básicas, ou necessárias. Assim, a semântica não é estudo da natureza, não precisa postular essências, e não deve cair no verificacionismo.

Ao mesmo tempo, e de modo coerente com o que foi dito acima, não é necessário supor que o conhecimento científico tenha qualquer papel destacado no conjunto de informações que formam o esquema explicativo. A hipótese de Moravcsik não é *naturalista*, no sentido de não privilegiar o conhecimento científico, não dando a esse tipo de informação um estatuto diferenciado. As informações contidas no esquema explicativo podem ser revisadas, mas não podem, é claro, ser modificadas todas ao mesmo tempo (Moravcsik 1990, 225):

A concept will appear simple in one context in relation to another, and complex in other contexts when it is related to others. As in Neurath's analogy to a boat that needs repairs always while out at sea and cannot be put into port – the world resembling The Flying Dutchman? – everything can be questioned, but not at the same time, else the ship sinks.⁶

O que não pode, entretanto, ser modificado, do ponto de vista desta teoria, é a forma geral do significado das palavras – ou seja, a forma do esquema explicativo – e o fato de que,

⁶ Um conceito vai parecer simples em relação a outro, num contexto, e vai parecer complexo, em relação a outros, noutra contexto. Como na analogia de Neurath, em que há um barco que precisa de reparos durante todo o tempo em que está no mar, mas que não pode parar num porto – uma situação semelhante ao Holandês Voador? – tudo pode ser questionado, mas não ao mesmo tempo, ou o barco afunda. (Tradução nossa)

nele, as informações não são uma lista de características, mas têm hierarquia, e estão agrupadas sob vários tipos, ou *fatores*. É então a forma específica do esquema explicativo, e os fatores que o compõem, que constituem a hipótese lexical propriamente dita.

7. OS FATORES QUE COMPÕEM O ESQUEMA

Os *fatores* são os tipos de informação que devem especificar a natureza das entidades que podem fazer parte da extensão de um termo e providenciam os critérios mínimos para que se possa avaliar a adequada aplicação da palavra. Eles têm, além disso, impacto linguístico, ou seja, determinam o que é e o que não é semanticamente bem formado. Assim, um enunciado semanticamente desviante não é desviante apenas porque não condiz com o que sabemos sobre o mundo, mas porque não condiz com a parte desse conhecimento que foi incorporada à língua.

A escolha dos fatores que devem fazer parte desse conjunto estruturado de características deve ser orientada pela observação de que os seres humanos interagem com o mundo e uns com os outros, e essa interação influi no que pode contar como uma explicação em situações diversas, e também é relevante para a formação dos esquemas explicativos. Assim, não seria frutífero tentar, ao fazer semântica, especificar as características de uma entidade como se fosse “de fora” de qualquer interação com ela, porque isso não estaria sendo plausível enquanto hipótese para o significado das línguas humanas. A interação dos seres humanos com a realidade influi no significado das palavras, pelo menos, de cinco maneiras diferentes (Moravcsik 1990: 229-231):

- interação com outros seres humanos: levamos em conta como podemos afetar uns aos outros, o que podemos ter em comum, etc.;
- uso dos objetos: artefatos, mas também muitas outras entidades, podem nos servir como instrumento, e as maneiras pelas quais isso se dá são muito importante na nossa relação com esses objetos, fazendo frequentemente parte do sentido dos termos que os designam;
- agrupamentos qualitativos: ao interagir com o mundo, distinguimos as coisas uma das outras, frequentemente em termos das diferenças que nos são relevantes;
- observações identificacionais: tanto as observações físicas de objetos, quando a percepção de diferenças orientadas por convenções culturais, são importantes para o uso que fazemos das palavras;

- construir, produzir, fazer: muitas palavras são aprendidas não com a observação pura e simples, mas com um aprendizado de como algo é produzido, como algo é feito, realizado, construído.

Supõe-se que o significado capture, deste modo, não quaisquer informações, mas aquelas importantes para as nossas múltiplas interações com o mundo. Moravcsik considera então os fatores seguintes (o asterisco indica que podem ser omitidos, dependendo do tipo de palavra):

- constitutive factor [fator constitutivo]
- structural factor [fator estrutural]
- agential factor* [fator agentivo]
- functional factor* [fator funcional]

Estes são, portanto, os tipos de informação, selecionados por sua relevância para as nossas interações com o mundo, que devem estar presentes na representação mental do significado de uma palavra. Eles devem estar presentes no significado para que o falante possa adequadamente formar enunciados que, supomos, os demais falantes reconheçam como semanticamente normais. Vejamos que tipo de informação é agregada por cada um.

Fator constitutivo (fator-m): reúne as informações sobre o domínio dentro do qual uma entidade está necessariamente localizada. A alcunha “fator-m” vem da ligação dessa parte da proposta com a teoria da “matéria” de origem aristotélica. O fator-m são as informações acerca da categoria a que pertence a entidade nomeada.

Fator estrutural (fator-s): são os princípios de individuação da entidade. Não existe uma maneira uniforme de caracterizar as informações que fazem parte do fator-s, mas pode-se dizer que a ele pertencem, por um lado, as informações acerca da individuação e persistência e, por outro, aquelas acerca das diferenças qualitativas dentro da mesma categoria.

Fator agentivo (fator-a): são as informações acerca de como a entidade é produzida, como tem sua origem. A inclusão desse tipo de informação no significado é também decorrente do modo como interagimos com o mundo, segundo as hipóteses apresentadas anteriormente.

Fator funcional (fator-f): são as informações acerca da função da entidade que está na referência do termo. Nem todas as palavras descritivas têm fator-f, e o que o fator-f inclui podem ser informações bastante diferentes.

O significado, portanto, é uma representação mental na seguinte forma:

R (m, s, f*, a*).

As quatro letras simbolizam os quatro fatores, e R é a relação hierarquizada entre eles, sendo que dois deles podem, dependendo da palavra, estar incompletos).

A escolha desses quatro fatores para compor o esquema explicativo das palavras descritivas foi orientada, portanto, por aquilo que o autor supõe ser importante na relação dos seres humanos com o mundo. Além disso, de um ponto de vista mais formal, isto é, se apreciamos a proposta enquanto uma descrição formalizada do que constitui o significado das palavras, esses fatores foram também escolhidos por três outros motivos. O primeiro é que outros tipos de informação, frequentemente apresentados em hipóteses semânticas como pares contrastivos (como animado/inanimado, universal/particular, coisa/processo, etc.), não são tão informativos quanto estes aqui utilizados, nem se aplicam com tanta generalidade. O segundo é que esses outros pares contrastivos, que poderiam constituir fatores, podem ser deduzidos a partir da informação fornecida pelos quatro fatores preferidos, mas o inverso não é possível. O terceiro motivo está em relação com as hipóteses acerca da mente humana comentadas na seção 2: presume-se, nesta abordagem, que tais fatores sejam inatos, e, portanto, independentes da língua que está sendo analisada, e não requeiram aprendizado.

De modo geral, pode-se dizer, para concluir esta seção, que a proposta de esquemas explicativos tenta ser, ao mesmo tempo, uma hipótese econômica, cognitivamente plausível e muito flexível do significado, que recorre a uma organização de informações em quatro fatores. Esses fatores foram calcados na proposta aristotélica das quatro causas, mas são apresentados com motivações independentes da motivação histórica, e incorporados a outras hipóteses sobre a cognição, que ultrapassam a hipótese semântica. Uma consequência dessa proposta é que o significado das palavras é algo intensamente estruturado – no sentido que as informações que o compõem estão distribuídas em tipos e são dotadas de hierarquia. Outra consequência da existência dessa multiplicidade de informações no significado, também explicitada pelo autor, é que conhecer uma palavra não pode ser uma questão de tudo ou nada,

que alguns falantes usam uma palavra em mais contextos que outros falantes, e que não faz sentido tentar estabelecer para todos os fatores uma fronteira nítida entre o que é conhecimento lexical e o que é conhecimento de mundo.

8. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA

Conhecer o significado não garante, nesta proposta, que um falante específico possa invariavelmente determinar a referência de uma palavra em cada caso particular, já que a referência é sempre determinada pela combinação do significado com outros procedimentos. Tais procedimentos, não mais semânticos nem necessariamente individuais, vão depender da situação de uso, e podem, então, faltar a algum falante, em algum caso. Algumas dessas operações serão devidas ao tipo de mente que temos, como seres humanos, e ainda outras serão estabelecidas culturalmente. A proposta do significado lexical como um esquema explicativo não faz restrições quanto aos tipos de outras operações que podem ocorrer para completar a determinação da referência, e este é talvez um dos aspectos mais intrigantes dessa proposta, já que Moravcsik conseguiu, assim, combinar uma base mentalista, internalista, e uma ênfase na dependência da linguagem em relação à mente (como já foi comentado), com a possibilidade de contemplar plenamente a pragmática, a interação, o funcionamento cultural das línguas humanas. Ou seja, em conjunto com a perspectiva inatista e internalista, ele parece conseguir combinar uma abordagem aberta ao externalismo, que contempla o fato de que a determinação da referência não se dá (exclusivamente) por conjuntos de propriedades presentes na mente dos falantes, mas sofre a influência decisiva do ambiente, dos estados de conhecimento coletivo (na forma, por exemplo, dos meios disponíveis de identificação de entidades numa dada interação), das intenções dos falantes mediadas por convenções coletivas, etc. Isso se dá sem abdicar da existência de um nível de significado mental, e sem abdicar da possibilidade que os conjuntos de propriedades na mente dos falantes forneçam uma “grade” para a determinação da referência, ou seja, sem supor que a semântica das palavras seja esvaziada.

Uma proposta como esta pode ter desvantagens imediatas para certas aplicações, como, por exemplo, aplicações computacionais. Por um lado, podemos pensar que os esquemas explicativos seriam uma maneira de incorporar mais informação aos itens lexicais sem comprometer a flexibilidade. Ou seja, pode-se lidar com a polissemia, aceitando que as entradas sejam subespecificadas, mas que contenham diretrizes para computar a polissemia de acordo com o contexto. Por outro lado, tal proposta não parece ser adequada para propósitos

computacionais, já que “o contexto” é provavelmente um campo ainda mais árido para os tratamentos computacionais de línguas humanas do que a semântica, o que não nos dá então nada em troca. Entretanto, se os esquemas explicativos se mostrarem vantajosos, em termos de aplicações computacionais, seria possível pesquisar se o terceiro nível do significado poderia ser tratado conjuntamente com o segundo nível, para o caso de aplicações computacionais em que o contexto de uso fosse em grande parte invariante.

Uma outra questão que surge do exame dessa hipótese lexical, a que já aludimos, e que pode constituir trabalho futuro, é a de verificar se a proposta se sustenta sem a atitude realista. Ou seja, se poderíamos utilizar as hipóteses sem nos comprometermos com a ideia de que o significado pode ser descrito assim porque faz parte da natureza da mente humana ser assim estruturada. Desvincular a proposta semântica propriamente dita (do significado como um esquema explicativo) das outras hipóteses a respeito da cognição e da mente poderia ser uma área fértil de investigação. É possível considerar, por exemplo, que supor um tipo de coerência entre a mente e o significado traz vantagens à teoria, mas também a deixa particularmente ambiciosa, impossível de ser testada diretamente e de modo completo, e talvez desvantajosa a longo prazo. Também se poderia questionar se os quatro fatores propostos são realmente os mais adequados, e por quais motivos o são. Ou se, na verdade, eles podem ser usados porque nos dão bons resultados, mas nada impede que venham a ser substituídos por outros, ainda mais vantajosos.

O esquema proposto por Moravcsik pode ser relacionado, de maneira quase imediata, a duas outras hipóteses sobre o significado lexical. Em primeiro lugar, podemos contrastar o *esquema explicativo* com a noção de *significado prototípico*, elaborada inicialmente por Rosch e difundida, entre outros, por Lakoff (1987). Assim como o significado prototípico, o esquema é dotado de estruturação interna, flexibilidade e ausência de características suficientes. Em oposição aos protótipos, por outro lado, a estruturação interna do esquema não diferencia características centrais e periféricas, mas faz seu agrupamento em *fatores*, que, supostamente, teriam pertinência cognitiva. O quanto as duas propostas diferem em seus resultados descritivos – ou seja, quando aplicadas – é uma questão que está, tanto quanto sabemos, em aberto.

Em segundo lugar, a proposta de Moravcsik foi parcialmente adotada por Pustejovsky ao propor a Teoria do Léxico Gerativo (Pustejovsky 1995). Nela, encontramos a *estrutura qualia*, que faz parte da matriz de informações lexicais. Para Pustejovsky, que cita um trabalho anterior de Moravcsik como fonte, os aspectos da estrutura qualia são o constitutivo, formal, télico e agentivo, caracterizados de maneira muito próxima aos fatores do esquema

explicativo. Assim como os fatores, por exemplo, os qualia não estão obrigatoriamente presentes, e são responsáveis por grande parcela da polissemia dos itens lexicais em contexto. Investigar a aplicação feita por Pustejovsky dos fatores propostos por Moravcsik não faz, por razões de foco, parte do presente trabalho.

CONCLUSÃO

Apresentamos aqui proposta de Moravcsik (1990 e 1998) para a descrição do significado lexical como um esquema explicativo. Moravcsik sustenta que o significado lexical é formado por um conjunto de fatores que agrupa as informações necessárias (porém não suficientes) para a aplicação adequada das palavras. Tentamos também mostrar que o autor considera essenciais, para a coerência da proposta, certas tomadas de posição, como sua atitude realista (quanto à teoria) e a subordinação da linguagem à cognição.

Comentar o esquema explicativo de Moravcsik nos levou a apontar duas possibilidades de comparação: uma com a noção de *protótipos*, largamente difundida nos trabalhos de Linguística Cognitiva, e outra, com a *estrutura qualia*, usada no Léxico Gerativo. As relações entre elas, apenas brevemente abordadas aqui, são um campo aberto à investigação, e podem originar trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. São Paulo: EDUSP, EDUEL, 2003.
2. FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, Ed. da USP, 1978.
3. GEERAERTS, Dick. *Theories of Lexical Semantics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
4. KRIPKE, Saul A. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1972.
5. LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
6. MORAVCSIK, J. *Thought and Language*. London: Routledge, 1990.
7. MORAVCSIK, J. *Meaning, Creativity, and the Partial Inscrutability of the Human Mind*. Stanford: CSLI, 1998.

8. PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.
9. PUTNAM, H. The Meaning of 'Meaning'. In: PUTNAM, H. *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

ABSTRACT: Here we present and discuss Julius Moravcsic's (1990, 1998) proposal for lexical meaning, in an attempt to understand that contemporary model and also Moravcsic's possible contribution for the ongoing debate about the limits between lexical knowledge and knowledge about the world. We first introduce some cognitive hypotheses espoused by the author and then proceed to present Moravcsic's lexical proposal. Finally, we discuss word reference according to the proposal, and possible ways to accommodate polysemy, sub-specification and meaning change.

KEYWORDS: lexical meaning; explanatory schemes; reference.

Recebido no dia 05 de dezembro de 2012.

Aceito para publicação no dia 05 de março de 2013.